

OLIVEIRA, J. A. . Meio século de transformações e permanências: a cidade no Brasil (1930-1980). In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente/São Paulo: GASPERR - Unesp - Campus de Presidente Prudente, 2001, v. , p. 45-58.

**Maria Encarnação Beltrão Sposito
(organizadora)**

URBANIZAÇÃO E CIDADES: PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS



resp

GAsPERR

**Maria Encarnação Beltrão Sposito
(organizadora)**

**URBANIZAÇÃO E CIDADES:
PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS**

Universidade Estadual Paulista - UNESP
Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT

Presidente Prudente - 2001

Copyright 2001 Maria Encarnação Beltrão Sposito

Capa: Caio Beltrão Sposito com Aquarela de José Rufino
Diagramação: Caio Beltrão Sposito
Editoração: Rose Maria do Nascimento

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia
UNESP - Campus de Presidente Prudente

U64 Urbanização e cidades : perspectivas geográficas / Maria
Encarnação Beltrão Sposito; org. - Presidente
Prudente: [s. n.], 2001
643 p. : il.; 21cm.

ISBN 85-902133-2-3

1. Urbanização. 2. Urbanização brasileira.
3. Cidades. 4. Políticas Públicas urbanas.
5. Problemática ambiental urbana. 6. Rede urbana.
7. Cidades Médias.

I. Sposito, Maria Encarnação Beltrão ; org. II. Título.

CDD (18.ed.) 910.13

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

Todos os direitos reservados
Grupo de Pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais"
GAsPERR
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista
UNESP
Campus de Presidente Prudente
Rua Roberto Simonsen, 305
CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Endereço eletrônico: depgeo@prudente.unesp.br

2001

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
I. A CIDADE NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS	
I.1. Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista <i>Pedro de Almeida Vasconcelos</i>	13
I.2. Cidade brasileira: 1870-1930 <i>Maurício de Almeida Abreu</i>	35
I.3. Meio século de transformações e permanências: a cidade no Brasil (1930 a 1980). <i>José Aldemir de Oliveira</i>	45
I.4. A metrópole polifônica – poliorâmica. <i>Ana Fani Alessandri Carlos</i>	59
II. DILEMAS DE MÉTODO: URBANIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO	
II.1. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. <i>Odete Carvalho de Lima Seabra</i>	75
II.2. Rentismo e autoritarismo: fundamentos seculares de uma metrópole antieidade. <i>Sérgio Martins</i>	97
II.3. Redes de ação: uma possibilidade de interpretação da fragmentação intra-urbana. <i>Saint-Clair C. da Trindade Júnior</i>	127

II.4. Os sentidos da cidade, seu discurso fundante e pacto político-territorial.

Márcio Piñon de Oliveira.....157

II.5. Aproximações sobre o tema da análise geográfica da urbanização e da fragmentação na era das novas tecnologias da informação.

Ricardo Castillo.....175

III. PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E PROBLEMÁTICA AMBIENTAL URBANA

III.1. Produção do espaço e ambiente urbano.

Arlete Moysés Rodrigues.....211

III.2. Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos.

Edvânia Torres Aguiar Gomes.....231

III.3. Cidade, meio ambiente e modernidade.

Gustavo de Oliveira Coelho de Souza.....253

IV. AS CIDADES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DO PLANEJAMENTO À GESTÃO

IV.1. Políticas públicas municipais: entre o local e o mundial.

Silvana Maria Pintaudi.....283

IV.2. A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas?

Jan Bitoun.....291

IV.3. Políticas públicas: teoria, prática e ideologia.

Eliseu Savério Sposito.....311

IV.4. Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural

Rosa Moura.....331

V. A REDE URBANA E SUA DINÂMICA RECENTE

V.1. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões.

Roberto Lobato Corrêa.....359

V.2. A rede urbana amazônica – da rede dentrítica à configuração de uma rede complexa.

Miguel Ângelo Ribeiro.....369

V.3. Da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” da metrópole à “desmetropolização relativa”: algumas facetas da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90.

Marcelo Lopes de Souza.....391

VI. O SENTIDO DA CIDADE NO FINAL DO SÉCULO XX

VI.1. O sentido da cidade: as possibilidades da análise geográfica.

Ana Fani Alessandri Carlos.....421

VI.2. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas.

Amália Inês Geraiges de Lemos.....433

VI.3. As práticas socioespaciais urbanas: contribuições para refletir sobre a cidade.

Ana Lucy Oliveira Freire.....445

VI.4. O sentido da cidade no final do século XX. <i>Jorge Luiz Barbosa</i>	461
VI.5. O sentido da cidade no final do século XX. <i>José Borzacchiello da Silva</i>	469
VI.6. O sentido da cidade no final do século XX. <i>Regina Célia Bega dos Santos</i>	489
VI.7. O sentido da cidade no final do século XX. <i>Beatriz Leocádia Fernandes</i>	501
VI.8. Pensando a Geografia Urbana brasileira: alguns desafios para o debate. <i>Cátia Antonia da Silva</i>	515
VI.9. Os resíduos da (re)espacialização industrial: a crise da cidade ou seu renascimento? <i>Paulo César Scarim</i>	523
VI.10. Novas estruturas urbano-regionais: a categoria região-cidade global. <i>Pedro Pinchas Geiger</i>	535
VI.11. A fusão da estadania com a mercadania. <i>Willian Rosa Alves</i>	549
VII. CIDADES MÉDIAS	
VII.1. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). <i>Beatriz Maria Soares Pontes</i>	569
VII.2. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. <i>Maria Encarnação Beltrão Sposito</i>	609

Apresentação

Como pesquisadores, sabemos que a temporalidade dos processos, das dinâmicas e dos fatos que se revelam num movimento constante, marcado por transformações e permanências, não é o tempo cronológico do calendário.

No entanto, a passagem do século XX para o século XXI convidado-nos a balanços do que fizemos e, por outro lado, a acalentarmos o desejo e o compromisso, sempre recriadores, de desenharmos novas utopias e de refletirmos sobre o passado para encontrarmos, no presente, a melhor dentre as possibilidades que se ensejam para o futuro.

Foi, nesse contexto que, em 1999, realizou-se o 6º Simpósio Nacional de Geografia Urbana em Presidente Prudente, cujos trabalhos, da maior parte dos que nele se apresentaram, encontram-se aqui reunidos, para virem a público, em 2001, durante a realização do 7º Simpósio em São Paulo.

A história desses encontros é, relativamente, curta, pois o primeiro deles foi realizado em 1989 mas a tessitura dessa história revela-se em, pelo menos, três planos.

Em primeiro lugar, pela presença constante de um grupo de pesquisadores da Geografia Urbana brasileira que, desde a primeira reunião, vem contribuindo com sua reflexão teórico-metodológica. A cada dois anos, esse grupo é revitalizado por outros pesquisadores que, ao se agregarem, redefinem e enriquecem esse debate.

Em segundo lugar, pelo empenho de todos em fazer uma discussão a mais profunda possível, mantendo o compromisso político de organizar esses eventos com a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB.

Em terceiro lugar, pela prática mantida de publicação dos textos resumidos e completos dos trabalhos, na forma de anais e/ou de livros.

Assim, esse livro reafirma o compromisso desse grupo com uma Geografia e, especialmente, uma pesquisa urbana interessada em avançar no plano teórico e da práxis, a partir de diferentes olhares, como seu próprio título sugere.

Revela, ao mesmo tempo, o interesse em compreender uma realidade urbana, especialmente no Brasil, cada vez mais portadora de desigualdades socioespaciais, muitas vezes reveladas por meio de práticas segregativas, que rompem o que há de mais peculiar na vida urbana, que é a possibilidade de convivência entre as diferenças.

Ele está organizado em sete partes. As cinco primeiras contêm os textos completos das apresentações realizadas nas mesas redondas que versaram sobre seus temas. Na sexta parte, inserimos a reflexão que se realizou, sob a forma de debate aberto, em duas sessões desse evento científico. Na última parte, apresentamos dois textos que resultaram do debate iniciado na I Jornada de Pesquisadores de Cidades Médias, realizada ao final do simpósio.

Na parte I, o leitor encontrará quatro textos nos quais as marcas histórico-geográficas das cidades brasileiras são lidas pelos pesquisadores que, coordenados por Maurício de Almeida Abreu, debruçam-se sobre o espaço-tempo de nossa urbanização.

Odete Carvalho de Lima Seabra reuniu um grupo que se propôs a refletir sobre os dilemas de método que nos são impostos por uma urbanização que se apresenta, cada vez mais, marcada pela fragmentação, em suas diferentes dimensões.

A preocupação com um diálogo profícuo entre o urbano e o ambiental foi o eixo do trabalho coordenado por Arlete Moysés Rodrigues, a partir da convicção de que a natureza e a cidade estão tanto mais imbricadas, quanto mais se intensifica a urbanização, tornando indissociável a compreensão das dinâmicas sociais e das naturais, pois o descompasso entre o tempo delas é base de muitos dos problemas ambientais urbanos.

O desafio de articular o teórico e o prático, propondo e fazendo a leitura crítica das decisões, ações e práticas que orientavam e têm orientado as políticas públicas, foi o eixo que conduziu o debate realizado pelo grupo organizado por Silvana Maria Pintaui.

Roberto Lobato Corrêa reuniu aqueles que apresentaram suas reflexões sobre a rede urbana brasileira, revelando seu dinamismo e sua complexidade pois, ao mesmo tempo, que se estrutura como uma, nela se vêem articuladas muitas redes, cujas singularidades precisam ser compreendidas.

Procurou-se apreender o sentido da cidade no mundo contemporâneo, a partir de diferentes olhares e por prismas também diversos. Com esse objetivo, Ana Fani Alessandri Carlos submeteu esse tema ao debate aberto, ao qual se lançaram diferentes geógrafos brasileiros que, apresentando suas idéias uns aos outros, afirmaram, responderam, concordaram e divergiram entre si e com o público, sempre na perspectiva de ler as cidades e o urbano que nos abrigam e nos envolvem.

Por fim, aqueles que se reuniram com o interesse de dar consistência teórico-conceitual à noção de "cidades médias" e de trocar experiências metodológicas que nos conduzam à compreensão do que há de universal e o que há de singular nessas cidades, estimularam a produção dos dois textos que compõem a parte VII desse livro.

Como o leitor poderá constatar, esse não é, apenas, um trabalho coletivo que tive o prazer de organizar; é, sobretudo, uma reflexão cuidadosa que se mostra em sua pluralidade, por meio dos diferentes recortes temáticos, territoriais e teórico-metodológicos que nesse livro se apresentam.

Esse livro não teria sido possível, sem os textos encaminhados por meus colegas que participaram do Simpósio e sem o apoio da Rose para a organização e formatação dos originais, da Marilu para a revisão final dos textos, do Caio para a diagramação do livro e criação da capa, do José Rufino, que nos emprestou sua bela aquarela e da Dirce, que nos cedeu sua impressora para a elaboração da matriz.

Presidente Prudente, outubro de 2001

Maria Encarnação Beltrão Sposito

Meio século de transformações e
permanências: a cidade no Brasil
(1930 a 1980)

José Aldemir de Oliveira¹

Neste último simpósio dos anos noventa, tentamos compreender como foi, como é e como será a cidade no Brasil. Diagnosticar e prognosticar a cidade significa saber quem somos, pois é esse o desejo que encerra toda busca da identidade perdida. Recuperá-la implica recuperar a memória sem a qual não há cultura, sem a qual o homem não existe.

No período considerado para análise, que vai de 1930 a 1980, portanto meio século, ocorreram transformações importantes na sociedade brasileira com reflexos na configuração urbana. Na política, aconteceram duas ditaduras com duração correspondente a mais da metade do período considerado. Na economia, consolidou-se a intervenção do Estado no planejamento com experiências parciais que vêm, desde os anos vinte, dando suporte e executando grandes investimentos em infra-estrutura, com isso criando as condições para a predominância da atividade industrial sobre a agrícola. Na dinâmica demográfica, ocorreu o aumento do número e do tamanho das cidades, o que determinou um novo perfil da população com o predomínio da urbana sobre a rural.

A conjugação desses fatores macros estabelece um leque de possibilidades de estudo do fenômeno urbano. Embora com riscos pela amplitude que quase sempre não reflete a diversidade e a heterogeneidade das cidades no Brasil, optamos por perseguir a articulação desses três fatores, sua conjugação enquanto processo e as

¹Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

implicações na caracterização geral das cidades brasileiras. Por fim, tenta-se compreender que esse processo não se encerra em si mesmo e nem a cidade foi produzida unicamente em função e/ou em decorrência dele, pois a urbanização que ocorreu no período referido influenciou e, quiçá, determinou os valores e as representações, à medida que a produção da cidade se operou num movimento em que se enquadra a própria produção da sociedade brasileira.

O ponto de partida é o entendimento da cidade como o lugar das múltiplas dimensões do homem e que, por isso, comporta a multiplicidade de olhares que se entrecruzam de forma a explicitar cadeias de significados. Todavia, é preciso buscar uma totalidade que está no nível do poder. Não de um poder especulativo, mas do poder que se articula a partir do Estado. Pois é no nível do Estado em que se situam, são geradas e geridas as estratégias sociais, ideológicas, políticas e onde diferentes sujeitos sociais atuam no sentido de legitimar seus interesses. (Lefebvre, 1977: 244).

No nível do Estado, são estabelecidas as políticas públicas que, como os demais fatores inerentes a uma dada sociedade, são datadas e contraditórias, não bastando apenas lançar um olhar sobre o passado para resgatá-las. Na produção da cidade brasileira de 1930-1980, (não apenas, mas pela natureza da análise) os anacronismos e as defasagens têm de ser considerados a partir das desigualdades socioespaciais que resultam em distorções inerentes a uma sociedade na qual os processos econômicos quase sempre se tornam fatores mal controlados e exercem efeitos diversos e por vezes inversos, causando desigualdades não apenas sociais, mas também espaciais, cujo resultado é a diversidade, tendo como consequência as diferenciações regionais que bem demarcam a sociedade brasileira.

O reconhecimento dessa dimensão não significa conceber as cidades como espaços homogêneos, porque estas revelam as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do/no espaço. As análises procedidas por Pedro Geiger, nos anos sessenta, já demonstraram que, nos anos cinquenta, o Sudeste brasileiro se consolidava como a região mais urbanizada e mais industrializada do país, concentrando o maior número de operários, sendo que apenas

os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentravam mais de um terço do total de trabalhadores no setor industrial do país, com cerca 500.000 operários.

A espacialidade decorrente do aumento da concentração da população nas cidades e do processo de industrialização desenvolveu-se pelo encadeamento de continuidades e rupturas, tendo como marco a Revolução de 30. Nos anos que se seguiram, alteraram-se as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro e isso ocorreu, como assinala, dentre outros, Octavio Ianni, devido à derrota, ainda que parcial, das oligarquias dominantes até então e que foram perdendo o poder pelo concurso dos novos segmentos de classes sociais tendencialmente urbanas. Assim, a partir dos anos trinta, estabeleceram-se as condições para o desenvolvimento do processo articulado por meio de instituições políticas e econômicas cujo resultado é o advento de novos valores sociais e culturais que, mais tarde, caracterizar-se-iam como do tipo predominantemente urbano.

Nos anos trinta e quarenta, do ponto de vista do Estado, foram adotadas medidas econômicas e realizações institucionais que assinalaram nova fase nas relações do sistema político-econômico, revezando-se num movimento pendular recorrente e marcante na história econômica do Brasil a partir de então: de um lado, o protecionismo alfandegário e a defesa da indústria nacional que, a grosso modo, se caracterizou como a tentativa de estabelecer o crescimento econômico baseado no capital nacional; de outro, a abertura do mercado, política cambial com valorização da moeda nacional para facilitar as importações e a remessa de lucros por parte de empresas estrangeiras, o que caracterizou o desenvolvimento econômico dependente. No primeiro caso, pretendia-se superar a dependência por intermédio da nacionalização das decisões sobre a política econômica e, no segundo, procurava-se realizar o desenvolvimento econômico por meio da elaboração das condições de dependência. Todavia, é importante assinalar que as duas estratégias estiveram sempre presentes em diferentes momentos do período analisado, embora as condições de dependência econômica fossem sempre determinantes. (Ianni, 1979: 184-5).

Essas dimensões econômicas e políticas ganharam concretude e desenrolaram-se no espaço, isto é, retomando uma conceituação de Milton Santos, ocorreram no espaço como instância social, como conjunto inseparável da materialidade e das ações do homem. O espaço para onde convergiram essas ações foi a cidade. E assim foi se consolidando, pouco a pouco, o predomínio dos segmentos sociais com interesses caracteristicamente urbanos que se impuseram sobre a mentalidade e os interesses oligárquicos enraizados numa economia agrário-exportadora, estabelecendo a predominância da cidade sobre o campo.

Essa transformação gerou o crescente aumento da população nas cidades bem como a concentração urbana. As conseqüências disso foram as mudanças econômicas, sociais e políticas, à medida que se expandiam o setor terciário urbano, a industrialização e aumentavam quantitativa e qualitativamente a classe média, o proletariado e a burguesia industrial. Em decorrência, surgiram outros e novos interesses econômicos, sociais e políticos, à proporção que se intensificava a divisão social do trabalho. Com isso, a sociedade urbana tornou-se mais complexa e diversificada e passou a exigir do poder público atuação mais intensa e este defrontou-se com problemas e dilemas novos, muitas vezes de difícil solução. Portanto, não se pode compreender a urbanização como processo puramente quantitativo passível de ser medido estatisticamente ano a ano, mas, acima de tudo, como um processo qualitativo de mudança estrutural.

As freqüentes crises ocorridas na economia primária exportadora (borracha, açúcar, café, mineração), as crises políticas (Revolução de 30, Estado Novo, deposição de Vargas e redemocratização), a crise mundial (depressão econômica de 29 a 33 e a Segunda Guerra Mundial) revelaram os limites do modelo político e econômico vigente até os anos trinta. De outro modo, o surgimento do setor industrial, a expansão do setor terciário, a urbanização crescente e concentrada nas principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte, a diversificação e complexidade da divisão social do trabalho e as classes sociais que se tornaram mais configuradas e representativas, puseram em evidência as possibilidades do sistema econômico e político brasileiro. (Ianni, 1979: 59/110).

Do ponto de vista da espacialidade, a década de quarenta corresponde à mudança no padrão da urbanização da sociedade brasileira. Recorrendo-se aos censos demográficos, observa-se que, além do aumento do número de cidades, houve aumento significativo do nível de urbanização que, a partir de então, permaneceu constante, quer no aumento do número de cidades, quer principalmente no aumento da população nas cidades. Na década de quarenta, cerca de 70% da população brasileira vivia no campo. Como assinala Fany Davidovich, a partir desse período, o processo de industrialização-urbanização tornou-se o principal agente de desenvolvimento e de modernização do país.

"O desenvolvimento de base urbano-industrial constitui-se suporte da chamada 'modernização conservadora', que produziu grandes transformações na produção, na divisão do trabalho social entre setores urbanos em expansão e oligarquias rurais e na conformação do território, enquanto atividades anteriores, de caráter artesanal e doméstico, passaram progressivamente a ser marginalizadas" (Davidovich, 1995, p. 79-80).

A integração do território nacional por meio da construção e implantação da rede rodoviária e a penetração de produtos fabris do Centro-Sul contribuem para a destruição do artesanato das vilas e povoados e de pequenas fábricas locais, configurando-se naquilo que Francisco de Oliveira denominou de o duplo movimento diferenciado e polarizado. (1981: 82).

A partir de meados dos anos cinquenta, iniciou-se uma das fases mais importantes da história econômica do Brasil, sistematizada no Programa de Metas. A execução desse Programa no governo JK, como assinalam Paul Singer (1977), Octavio Ianni (1979) e Francisco de Oliveira (1981), teria provocado uma transformação qualitativa na economia brasileira e constitui-se provavelmente na mais ampla ação orientada pelo Estado no Brasil, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada. Com isso, cresce o número de trabalhadores urbanos. Francisco de Oliveira sustenta que

"a redefinição das formas de reprodução do capital e o desenvolvimento das forças produtivas vão produzir um novo proletariado, diferente do anterior em quantidade e em qualidade; em quantidade, pela própria incorporação

aos postos de trabalho criados pela expansão industrial (...); em qualidade, pelo fato de que persistindo taxas diferenciais de lucro inter-setoriais, na diferenciação, atinge e marca os trabalhadores". (Oliveira, 1981, p. 86).

Numa síntese, o Programa de Metas visava transformar a estrutura econômica do país pela criação da indústria de base e reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. Em decorrência de sua implementação, a tendência de crescimento da atividade industrial consolidou-se e, especialmente, a partir de meados dos anos cinquenta, passou a prevalecer como principal atividade econômica e, como resultado, estabeleceu o aumento do índice de urbanização, que passa de 26,35% em 1940, para 56,80% em 1970.

Todavia, a industrialização não pode ser considerada como o único fator de urbanização. Tão importante enquanto fator de atração são os fatores de expulsão relacionados às transformações ocorridas no campo, como a modernização em áreas específicas do território nacional, especialmente Sudeste, Sul e em parte do cerrado no Centro Oeste e a estagnação no Nordeste e Norte, culminando com o êxodo rural que consolidou a tendência de urbanização da sociedade brasileira na segunda metade da década de cinquenta e na década de sessenta. A concentração demográfica decorreu em grande parte do fluxo migratório interno, visto que desde os anos cinquenta, a atividade industrial com a produção de bens intermediários e de consumo duráveis – indústria automobilística, petroquímica, metalurgia e eletrodomésticos, concentrou-se no centro-sul, processo que ocorreu na década de quarenta com a indústria de base. Com isso, estabeleceu-se um ciclo migratório que, durante três décadas, forneceu mão-de-obra para a área de concentração de desenvolvimento econômico, ocasionando o crescimento urbano marcado por uma distribuição desigual das atividades econômicas e da população no território.

Por outro lado, não se pode considerar a industrialização de modo restrito, circunscrito a uma atividade econômica,

"isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como um processo

social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona as vidas de relações e ativa o próprio processo de urbanização". (Santos, 1993, p. 27).

Portanto, apesar de a industrialização se constituir em fator importante, não pode ser considerada como determinante da urbanização brasileira. É preciso reconhecer outros fatores externos à cidade, mas complementares, como as modificações ocorridas no campo. Em algumas áreas, expandiu-se a modernização, a mecanização e o latifúndio, e, em outras, ocorreu a estagnação. Nas primeiras foram gerados desemprego e luta pela terra; nas segundas, a luta pela sobrevivência, ambas resultando no êxodo rural. Em decorrência, o processo de urbanização que já aparecia como tendência nas décadas anteriores, é impulsionado nos anos cinquenta e seguintes. Esse novo processo de espacialização da sociedade brasileira não modificou a complexa organização territorial. Como já assinalado anteriormente, esse processo ocorreu de modo desigual no território e, como consequência, as políticas públicas priorizaram a dotação de uma infra-estrutura urbana que desse conta da expansão da atividade econômica que passou a predominar de modo concentrado na região centro-sul.

Em 1960, a população brasileira alcançou 71,0 milhões de habitantes e, embora a população urbana ainda fosse minoria, 32,0 milhões, correspondia a 45,5% da população total. Estes índices representam aumentos significativos em relação aos índices da década anterior. Tal tendência confirmou-se na década de setenta quando a população urbana superou a rural. Dos 94,5 milhões de brasileiros em 1970, 56,8% constituíam-se de população urbana, ou seja, 52,9 milhões de habitantes. O crescimento e especialmente a concentração da população urbana determinaram mudanças na estrutura socioespacial, rompendo com estrangulamentos regionais e pondo em questão as antigas divisões

regionais em decorrência das novas demandas colocadas pela reprodução do capital. Isso, entretanto, não atenuou as desigualdades sociais e regionais. Ao contrário, em alguns casos, contribuiu para acentuá-las. A indústria, considerada como importante fator desse processo, não foi capaz de gerar os postos de trabalho inerentes ao grande contingente populacional que fluiu para as cidades. Como demonstrou Paul Singer, no início dos anos sessenta, após uma década de intensa industrialização, a participação da indústria de transformação no nível geral de emprego atingiu 8,8%, índice menor do que 9,4% em 1950. Isso ocorreu, dentre outros fatores, como assinalado anteriormente, pelo fechamento de fábricas locais.

A crise da cidade que se instala a partir dos anos setenta não pode ser atribuída à urbanização. Como já assinalou Fany Davidovich,

"a urbanização no Brasil 'deu certo' para o crescimento econômico pretendido. Entre 1945 e 1980, o PIB aumentou em mais de dez vezes, o incremento da indústria alcançou 9% ao ano e os engajamentos nesse setor passaram de 275 mil em 1920 para 11 milhões em 1980". (Davidovich, 1995, p. 80).

A crise na cidade brasileira decorre em parte das distorções dos mecanismos utilizados para a criação da infra-estrutura urbana necessária à expansão da atividade econômica na cidade. A análise das políticas públicas no geral e das políticas públicas urbanas no particular demonstra que as mesmas estavam voltadas para garantir a expansão do processo de "industrialização tardia" que incorporou apenas pequena parcela dos trabalhadores urbanos, resultando no surgimento de problemas urbanos complexos. Enquanto eram carreados recursos para garantir a expansão capitalista, não eram, pelo menos na mesma proporção, feitos investimentos voltados para o atendimento das demandas sociais e, com isso, o crescimento das cidades constituiu-se num mecanismo de concentração de renda, determinando o crescente empobrecimento das pessoas da/na cidade.

Considerando as políticas urbanas pós-64, tomemos como exemplo o BNH, criado num momento institucional fortemente centralizado e que passou a ser o órgão público responsável pela política de moradia por meio do controle da oferta pública de habitação popular e de saneamento. Embora tenha sido criado para fazer frente ao déficit habitacional nos segmentos populares, nos seus 22 anos de existência, o BNH não conseguiu tal intento, porque

"de 4,5 milhões de unidades financiadas entre 1964 e 1986, somente 1,5 milhão (33,3%) foram destinadas aos setores populares, sendo que os atingidos pelos programas alternativos (remunerados com 1 e até 3 salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades, o que significa 5,9% do total. Além disso, a política habitacional teve, na prática, um caráter 'redistributivo às avessas', pois se baseou num sistema financeiro abastecido de capitais sub-remunerados oriundos de pequenos poupadores, cadernetas de poupança, e de recursos dos assalariados, do FGTS". (Ribeiro & Azevedo, 1996, p. 13-14).

Nesse mesmo período, no âmbito da infra-estrutura urbana, deu-se ênfase à construção de grandes obras, especialmente no setor energético e de telecomunicações baseada em investimentos públicos diretos por meio de empresas estatais principalmente ligadas às telecomunicações e ao setor energético. Além dos objetivos de dotar as cidades de infra-estrutura em dois setores básicos, havia também o objetivo de expansão do mercado interno com o aumento da oferta de empregos, em especial, não qualificados na construção civil decorrentes das grandes obras como nas hidroelétricas. A expansão da rede de energia foi vertiginosa, o consumo de energia passou dos 24.000 megawatts em 1965, para 160.000 em 1984. (Santos, 1993: 39). Isso, certamente, vinculou-se à produção de eletrodomésticos em grande escala. Enquanto isso, quanto à infra-estrutura urbana, pouco se investiu em saneamento básico, e menos ainda em saúde e educação, já que tais investimentos não estavam articulados diretamente ao sistema produtivo.

Pode-se, então, sustentar que, no período de 1930 a 1980, as políticas públicas no geral e as urbanas em particular continham uma dimensão territorial que explicitam um conteúdo eminentemente de classe, ou seja, a aplicação dessas políticas esteve sempre direcionada a atender o processo de reprodução do capital em detrimento da produção, entendida no sentido mais amplo, de produção e reprodução da vida. Porém, as implicações dessas políticas não foram suficientemente consideradas. As pressões demográficas sobre partes específicas do território, os problemas relacionados com o acesso aos serviços públicos e os efeitos dessas políticas sobre os desequilíbrios regionais e ambientais não foram equacionados.

Abstraindo as dimensões quantitativas, a urbanização da sociedade brasileira é historicamente determinada e representa, em cada momento, modalidade específica da divisão do trabalho e, especialmente até os anos oitenta, determina a divisão do trabalho entre a cidade e o campo. A cidade consolidou-se como o lugar da produção e do consumo não apenas econômicos, mas também da estrutura de poder que viabilizam os fluxos, representando, ao mesmo tempo, o crescimento da população, da atividade econômica e da pobreza urbana.

Por fim, destaque-se algo relevante. A análise dos mais reconhecidos intérpretes da cidade no Brasil, (não apenas os geógrafos), dos conservadores aos mais críticos, em um ponto parecem convergir: a constituição da cidade no Brasil tem sido um processo parcial que explicita as mazelas que, de certa maneira, são o espelho da própria formação incompleta do povo brasileiro, ou seja, reflete os processos interrompidos e incompletos de cidadania e de democracia característicos da formação da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a cidade aparece como lugar da exclusão, da pobreza e da violência. É importante assinalar que a idéia de cidade no Brasil nem sempre esteve relacionada com esses fatores, pois isso é uma invenção da história recente e está certamente vinculado à produção de espaços excludentes cuja raiz é a formação de uma sociedade de classes e das relações do tipo capitalista, em que os setores dominantes sempre encontraram as brechas e os meios para impedir a consolidação da cidadania e dos espaços públicos necessários à afirmação de uma sociedade plural e democrática.

É preciso demarcar com clareza em que momento de nossa história, a noção de cidade como o lugar da violência, da pobreza e da exclusão emerge. Essa investigação é de fundamental importância para que seja desmontada essa armação ideológica, pois que o fundamental é o desvendamento dos processos que vêm produzindo o que, de modo genérico, tem sido chamado de violência urbana. Desde o início dos anos oitenta e com mais agudeza hoje, as elites dominantes e mesmo os setores de classe média tentam apresentar os pobres como os causadores e os culpados pela violência urbana.

Como embasamento para essa visão, há discussões que evocam o tema dos limites da cidadania moderna baseada na filiação do estado-nação, apontando para a possibilidade de se repensarem os parâmetros da cidadania tendo como critério o local de residência e não o da nacionalidade. (Caldeira, 1997: 176). Ou seja, tal visão repete o lugar-comum de que, se se mudar daqui, de preferência para uma cidade de primeiro mundo, tudo estará resolvido. O sentimento que está implícito nesse tipo de análise que encontra guarida nos segmentos sociais da elite, da classe média e de uma boa parte da mídia, é o de que as cidades, como de resto o Brasil seriam bem melhores se o povo fosse outro, e que a violência urbana existe graças aos sem-teto, aos meninos de rua, aos moradores de cortiços, aos favelados, enfim, graças a todos os que se encontram à margem ou fora do Brasil globalizado e moderno. Essa intolerância social já estava posta nos anos oitenta e parece nos afastar cada vez mais da construção de uma experiência democrática que tenha como resultante a apropriação da cidade.

A nossa contribuição como geógrafos interessados em compreender as complexas dimensões do urbano é nos contrapormos a essa visão e construirmos um conhecimento de cidade como o lugar da produção e do consumo não apenas de objetos, mas também de idéias e de modos de ser. Se de um lado, a cidade aparece como o lugar da desesperança, de outro, é sobretudo o lugar da esperança e das possibilidades. Nas cidades brasileiras, há pessoas que, apesar das duras condições de vida, lutaram e continuam lutando para a construção de uma nova cidade e de uma nova vida. Essa luta mostra como e

"porque a cultura popular neste país constitui um arquivo, retalho da história do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, freqüentemente, dissimulam a guerra e o luto e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura e da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da História". (Martins, 1989, p. 12-13).

A minha consideração final é que apesar de todas as dificuldades, há sementes de um processo libertador que avança em direção à construção da nova sociedade e de um novo homem. Esse processo tem uma dimensão espacial, a cidade, como parte da construção de uma nova vida. Nem sei se isso é verdadeiro, porém agarrar-se ao mais tênue fio de esperança dói menos do que a resignação.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Maurício de Almeida – Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 43(4), p.577-585, out./dez., 1981.
- IBAM – IBAMCO. **Bancos de dados Municipais**. nº 10, 1992. (Série Estudos Demográficos)
- CALDEIRA, Tereza Pires do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 47, 155-176, março de 1997.
- DAVIDOVICH, Fany R. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, Berta K. et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 79-96. 1995.
- OLIVEIRA, J. A. Meio século de transformações e permanências: a cidade no Brasil...
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M M; MARTINS, José de Souza. (orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 219-253. 1977.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PINTO, Ernesto Renan de Freitas. **Quem é o povo brasileiro deste pedaço do Brasil?**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1998. (digitado).
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; Azevedo Sérgio de. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses. In: **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da moradia à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 13-32. 1996.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SINGER, Paul. **A crise do milagre**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AmáliaInêsGeraigesDeLemosAnaFaniAlessandriCarlos
AnaLucyOliveiraFreireArleteMoysésRodrigues
BeatrizLeocádiaFernandesBeatrizMariaSoaresPontes
CátiaAntoniaDaSilvaEdvâniaTorresAguiarGomes
EliseuSavérioSpositoGustavoDeOliveiraCoelhoDeSouza
JanBitounJorgeLuizBarbosa
JoséAldemirDeOliveiraJoséBorzacchielloDaSilva
MarceloLopesDeSouzaMárcioPiñonDeOliveira
MiguelângeloRibeiroOdetteCarvalhoDeLimaSeabra
PauloCésarScarimPedroDeAlmeidaVasconcelos
PedroPinchasGeigerReginaCéliaBegaDosSantos
RicardoCastilloRobertoLobatoCorrêa
RosaMouraSaint-ClairDaTrindadeJúnior
SérgioMartinsSilvanaMariaPintaudi
W i l l i a m R o s a A l v e s

SPOSITO, Maria Encarnação Be
Urbanização e cidades: persp



000000710